

**XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e
I 4ª Conferência Internacional de História de Empresas**

Criciúma, 24, 25 e 26 de setembro de 2019



**AS VÍTIMAS ALGOZES DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO E A INEFICIÊNCIA
ECONÔMICA DA ESCRAVIDÃO**

Márcio Bobik Braga

Amaury Patrick Gremaud

AS VÍTIMAS ALGOZES DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO E A INEFICIÊNCIA
ECONÔMICA DA ESCRAVIDÃO

AS VÍTIMAS ALGOZES OF JOAQUIM MANUEL DE MACEDO AND THE ECONOMIC
INEFFICIENCY OF SLAVERY

Márcio Bobik Braga¹

Amaury Patrick Gremaud²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir os argumentos econômicos contrários à escravidão que podem ser encontrados na obra *As Vítimas Algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo. A hipótese principal do artigo é a de que tais argumentos possuem grande proximidade com as ideias econômicas consideradas por alguns abolicionistas brasileiros do século XIX, cujo respaldo, por sua vez, encontra-se, de forma explícita ou não, na Economia Política, aqui representada pela *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith.

Palavras-Chave: literatura e história; Joaquim Manuel de Macedo; escravidão; pensamento abolicionista brasileiro.

ABSTRACT

This article aims to discuss the economic arguments against slavery that can be found in Joaquim Manuel de Macedo's book 'As Vítimas Algozes'. The main hypothesis of the article is that such arguments have close proximity to economic ideas of some Brazilian abolitionists in the 19th century. These ideas were, explicitly or not, grounded on the Political Economy, represented here by Adam Smith's *The Wealth of Nations*.

Keywords: literature and history; Joaquim Manuel de Macedo; slavery; Brazilian abolitionist thinking.

¹ Professor Livre-Docente pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo do campus de Ribeirão Preto.

² Professor doutor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo do campus de Ribeirão Preto.

Introdução

O objetivo deste artigo consiste em analisar os argumentos econômicos contrários à escravidão no Brasil que podem ser lidos no romance *As Vítimas Algozes* de Joaquim Manuel de Macedo. O romance, publicado originalmente em 1869, apresenta três novelas que contam histórias de atos conspiratórios que os escravos exercem contra seus senhores. Na crítica literária brasileira, *As Vítimas Algozes* é considerado como um romance abolicionista, cuja estratégia consiste em criticar a escravidão pela “estratégia do medo”. Nas histórias, os personagens que representam os escravos são apresentados como perversos e, pela condição servil, estão sempre em busca de vingança. Os proprietários, por sua vez, são descritos como pessoas generosas e laboriosas, porém ingênuas por não enxergar o mal potencial nas relações com seus escravos. A hipótese deste artigo é a de que é possível encontrar argumentos econômicos contra o sistema escravista em *As Vítimas Algozes*, seja nas opiniões de Macedo contidas no texto ou na ficção em torno das personagens. Mais do que isso, é possível ler, em inúmeras passagens do livro, argumentos que se assemelham àqueles utilizados por alguns abolicionistas oitocentistas, cujos fundamentos, por sua vez, se encontram, de forma explícita ou não, nas ideias dos precursores da Economia Política.

O artigo está dividido em duas partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, são apresentados os principais argumentos do debate brasileiro entre abolicionistas e escravistas, dando destaque aos argumentos ditos econômicos. Tais argumentos, por sua vez, são correlacionados a algumas das ideias contrárias à escravidão dos economistas políticos que atuaram especialmente na passagem do século XVIII ao XIX, em especial Adam Smith. Não se teve aqui a pretensão de defender a hipótese acerca da relação entre a Economia Clássica e o pensamento brasileiro do século XIX, mas de construir um quadro referencial para a análise da obra de Macedo. Essa análise é feita na segunda parte, onde serão destacados alguns trechos da obra do escritor brasileiro, buscando identificar argumentos econômicos que demonstrem a inadequação do uso de mão de obra escrava na produção agrícola do país.

I – A Economia Política e os argumentos econômicos em torno da abolição da escravidão no Brasil

A persistência do sistema escravista após a independência serviu de estímulo para a formulação de argumentos favoráveis e contrários à abolição entre pensadores, escritores e políticos brasileiros no século XIX. Sob o ponto de vista econômico, os argumentos contrários à abolição centraram-se principalmente em dois pontos: na inevitável ruína dos agricultores e na conseqüente miséria que enfrentariam os libertos. Esses argumentos podem ser lidos nas famosas cartas de José de Alencar destinadas à Dom Pedro II:

Para a casta sujeita, ainda não educada, a emancipação nas circunstâncias atuais é um edito de miséria pelo abandono do trabalho e de extermínio por causa da luta que excita entre as duas raças.

Para a casta dominante, especialmente a agrícola, importa a ruína pela deserção dos braços e impossibilidade de sua pronta substituição; importa igualmente o perigo e sobressalto da insurreição iminente. (Alencar, 2008, p. 116)

A abolição traria assim a bancarrota do país em função da destruição das bases da riqueza nacional, ou seja, nas estruturas de produção agrícolas, além de uma possível guerra social. Deve-se destacar que a defesa da escravidão feita por Alencar e outros pensadores vai muito além dos argumentos econômicos. No caso da obra do escritor cearense, destaca-se uma visão particular da História, onde a escravidão foi um fato social e teria cumprido um papel positivo de favorecer o progresso da humanidade. Segundo Alencar, “se a escravidão não fosse inventada, a marcha da humanidade seria impossível”. (Alencar, 2008, p. 65)

Estes argumentos, como salienta José Murilo de Carvalho, recupera parte da arguição contrária à abolição encontrada em Azeredo Coutinho, que nega as concepções iluministas construídas sobre um ideário individualista ou *jus naturalista* de uma sociedade erguida a partir de um estado de natureza composto de homens livres e iguais, ideário este que sustenta o argumento de muitos abolicionistas acerca do direito natural

de todo homem a liberdade (Carvalho, 1988, p. 44 - 45).³ Para Azeredo Coutinho, ao considerar uma concepção não *jus naturalista*, mas aristotélica de sociedade, o natural não é o homem livre, mas a sociedade, já que o homem é um ser social, ou seja, nasce em uma sociedade já constituída e tem uma função social preestabelecida. Nesse sentido, a extinção da escravidão só ocorrerá quando ela não for mais útil em cumprir o seu papel histórico, ou seja, no momento em que a sociedade não mais necessitar da mão de obra escrava, particularmente quando solucionado o problema da carência da mão de obra livre (sendo essa previsão também considerada por Alencar). Este último ponto se aproxima do posicionamento de autores com Pedro Autran da Mata Albuquerque, professor de Economia Política na Faculdade de Direito de Olinda/Recife.⁴ A escravidão, para Mata Albuquerque, acaba sendo uma necessidade em países com grande extensão territorial, onde a demanda por trabalho é elevada e há falta de braços para o trabalho na agricultura. A escravidão, porém, tende a desaparecer se houver o crescimento do número de trabalhadores livres ou desenvolvimento tecnológico poupadora de mão de obra. Contudo esse autor apresenta os argumentos básicos da concepção abolicionista de que a mão de obra escrava apresenta inconvenientes que faziam com que o trabalho livre fosse preferível ao trabalho escravo. A escravidão, segundo Mata Albuquerque, era a negação completa da liberdade de trabalho e não se pode esperar disto grande poder produtivo. Por um lado, ela contraria as vocações e inutiliza a inteligência do escravo. Por outro, a eliminação da remuneração tira do escravo a “boa vontade” de trabalhar e as penalidades não são capazes de infundir esta mesma boa vontade nos escravos. O trabalho escravo é, portanto, menos produtivo que o trabalho livre. Entretanto, quando a escassez de trabalho livre é tal que os salários sejam altos a ponto de absorver todo o lucro do empresário e impedir que este possa fazer economias (acumular capital), a utilização de escravos se faz necessária.⁵

Apesar de aceitar a escravidão como um modo de trabalho necessário, dada as condições de oferta no mercado de trabalho, Mata Albuquerque considera alguns

³ O bispo e senhor de engenho Dom José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho defende suas ideias na obra “Uma análise sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da Costa da África”, de 1804. A análise aqui feita sobre este autor é baseada em Carvalho (1988).

⁴ Mata Albuquerque escreve vários livros sobre Economia Política dentre eles os *Elementos de Economia Política*, publicado em 1844, os *Novos Elementos de Economia Política*, de 1851 e as *Prelecções de Economia Política*, de 1859. A análise desse autor é baseada em Gremaud (2001).

⁵ Ver Gremaud (2001, p. 46 – 71).

argumentos favoráveis à substituição do regime escravista e que foram apresentados pela Economia Política que se desenvolveu na Europa no fim do XVIII e no início do XIX, os quais, mesmo que de forma muitas vezes indireta, foram também incorporados por diversos autores abolicionistas brasileiros. Nesses argumentos destacam-se alguns pontos de vista encontrados, por exemplo, na *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith. Cabe aqui então um breve resumo acerca da visão desse autor clássico sobre a escravidão.⁶

Na leitura da *A Riqueza das Nações*, pode-se encontrar referências à escravidão em três capítulos. No capítulo VIII do Livro I, Smith trata do tema no contexto dos salários. Considerando o desgaste humano no processo produtivo, Smith argumenta que a manutenção do escravo custa mais para o empregador do que a do trabalhador livre. Além disso, os fundos destinados à substituição ou ao reparo do desgaste do escravo seriam, em geral, administrados por um patrão ou supervisor descuidado, ao contrário do trabalhador livre, que seria ele próprio responsável pela administração desse fundo. Smith conclui que “com base na experiência de todas as épocas e nações, acredito, pois, que o trabalho executado por pessoas livres ao final se torna mais barato do que o executado por escravos” (Smith, p. 103 I).⁷

O problema do custo de manutenção do escravo é retomado no capítulo II do Livro III no contexto dos problemas da agricultura na Europa após a queda do Império Romano. Neste capítulo, Smith incorpora o argumento da ineficiência sob o ponto de vista dos incentivos individuais:

Ora, se raramente se pode esperar grandes melhorias da terra por parte dos grandes proprietários, muito menos se pode esperar quando eles empregam escravos como trabalhadores. Segundo acredito, a experiência de todas as épocas e nações demonstra que o trabalho executado por escravos, embora aparentemente custe apenas a própria manutenção dos escravos, ao final é o mais caro de todos. Uma pessoa incapaz de adquirir propriedade não pode ter outro interesse se não comer o máximo e trabalhar

⁶ Deve-se destacar que Adam Smith não foi o único economista clássico a tratar da escravidão. Pode-se encontrar a discussão sobre o trabalho escravo em Jean-Baptiste Say, em seu *Tratado de economia política*. Optou-se aqui, entretanto, por Adam Smith como representante da Economia Clássica pela sua importância na formação econômica de alguns dos autores brasileiros oitocentista. Sobre a escravidão em Say, ver Rocha (2000, p. 181 – 212). De qualquer forma, Smith foi sem dúvida uma das grandes referências para inúmeros intelectuais brasileiros do século XIX.

⁷ Interessante notar que Smith, nessa citação, utiliza a História em seus argumentos, o que contrasta com os de Alencar.

o mínimo possível. Se algo ela fizer, além do suficiente para pagar a própria manutenção, só o fará se isso a beneficiar pessoalmente, sendo impossível obriga-la a fazer esse algo mais sob violência. (Smith, 1983, p. 238 I)

O argumento da ineficiência da escravidão é considerado ainda no capítulo IX do Livro IV no contexto da análise dos sistemas agrícolas como fonte principal da riqueza do país, tomando como exemplo a Grécia e a Roma antigas. Nele, Smith destaca o baixo espírito inventivo do escravo. Argumenta que os aperfeiçoamentos mais importantes, seja na descoberta de máquinas ou de processos produtivos mais eficientes teriam sido realizados por trabalhadores livres. Como explicação, considerou que as inovações realizadas pelos escravos seriam consideradas por seus patrões como fruto da preguiça ou do desejo de poupar trabalho. Nesse sentido, “nos manufaturados feitos por escravos geralmente deve ter sido aplicado mais trabalho para executar o mesmo volume de produção do que nas manufaturas que trabalham com pessoas livres”. (Smith, 1983 I, p. 145 II).

Apesar dessas referências, não se pode considerar a escravidão como um dos principais objetos de análise de Smith. Sua preocupação com o fator trabalho estava na busca da compreensão do processo de formação dos salários (e, de forma mais geral, do valor das mercadorias) e seu papel dessa categoria de renda na produção de riqueza. Ainda assim, pode-se considerar a escravidão em sua análise por esse modo se opor aos incentivos produzidos pelo trabalho livre. Para Smith, o salário seria a recompensa natural do trabalho e, conseqüentemente, o “efeito necessário da riqueza nacional em expansão”. (Smith, 1983, p. 97 I). Além disso, argumenta que altos salários, além de elevar a “laboriosidade”, traria estímulos para o crescimento populacional. (Smith, 1983, p. 102 - 103 I). Em outras palavras, a escassez de mão de obra encontraria, no próprio mercado de trabalho, as condições para a sua superação. De forma geral, o mercado de trabalho livre se coloca, na obra de Smith, como peça fundamental na investigação sobre as fontes de riqueza de uma nação.

Pode-se considerar que a Economia Política de Adam Smith é construída sobre a base de uma concepção individualista de sociedade, típica do iluminismo ou do *jus naturalismo* (concepção esta criticada, por exemplo, por autores contrários à abolição como Azeredo Coutinho). Sua análise se dá a partir dos comportamentos individuais e

dos mecanismos de incentivo que moldam esses comportamentos, que são as bases do liberalismo clássico.

Os abolicionistas brasileiros incorporam, explícita ou implicitamente, os argumentos de Adam Smith ao considerar os incentivos que os fazendeiros teriam em buscar técnicas mais eficientes de produção como forma de melhorar a produtividade da lavoura com o fim do sistema escravista. Esse é o caso de José Bonifácio de Andrada e Silva. Na Representação que Bonifácio encaminha à Assembleia Constituinte de 1823 defendendo uma abolição paulatina se depreende que seu argumento antiescravista estava baseado especialmente no medo e na dificuldade de se construir uma nação com a escravidão na sua base, pois esta acabaria introduzindo um inimigo interno e colocando a segurança da nação em risco.⁸ Por outro lado, teses típicas do abolicionismo iluminista como o direito natural à liberdade também estão presentes, da mesma forma que alguns argumentos advindos da Economia Política. Desta forma, é possível ler em Andrada e Silva, argumentos muito próximos aos de Smith:

(...) os senhores que possuem escravos vivem, em grandíssima parte, na inercia, pois não se veem precisados pela fome ou pobreza a aperfeiçoar sua indústria, ou melhorar sua lavoura. Demais, continuando a escravatura a ser empregada exclusivamente na agricultura, e nas artes, ainda quando os estrangeiros pobres venham estabelecer-se no país, em pouco tempo, como mostra a experiência, deixam de trabalhar na terra e entregam-se à vadiagem e desleixo, pelos caprichos de um falso pundonor. As artes não se melhoram; as máquinas, que possuem braços, pela abundância extrema de escravos nas povoações grandes, são desprezadas. Causa raiva, ou riso, ver vinte escravos ocupados em transportar vinte sacos de açúcar, que poderiam conduzir uma ou duas carretas bem construídas com dois bois ou duas bestas murares. (Andrada e Silva, 2002, p. 206)

As ideias liberais de Adam Smith também produziram eco em José da Silva Lisboa que, aliás, foi um dos principais divulgadores do economista clássico no Brasil oitocentista. Em seu texto *Da Liberdade do Trabalho*, Lisboa explicita os argumentos contidos na *A Riqueza das Nações* ao considerar o alto custo relativo do escravo e o baixo

⁸ Boa parte da tese do medo entre os abolicionistas brasileiros fora deveras ampliada pelo ocorrido na insurreição haitiana ocorrida poucos anos antes.

incentivo que esse tipo de trabalho produz nas inovações das técnicas produtivas agrícolas. Ainda que a escravidão seja um tema marginal na obra clássica de Smith, Lisboa reproduz, em seu texto, trechos contidos no capítulo VIII do Livro I e no capítulo IX do Livro IV da *A Riqueza das Nações*. Em outros autores, também é possível encontrar argumentos semelhantes àqueles considerados por Smith, ainda que este não seja considerado de forma explícita nos textos. Esse é o caso de *O Abolicionista*, de Joaquim Nabuco, onde se encontra argumentos com expressões como “a desonra do trabalho manual”, “o retardamento da indústria” e “o afastamento das máquinas” (Nabuco, 2003, p. 110).

Ainda que os autores aqui considerados produziram seus textos em momentos distintos, a proximidade dos argumentos com aqueles formulados por Adam Smith reforça a tese defendida por Antonio Penalves Rocha, de que grande parte dos escritores oitocentistas consideraram os princípios antiescravistas presentes na Economia Política de Adam Smith (Rocha, 2000, p. 43 – 79). Essa questão, aliás, esteve na base do debate sobre as ideias e seu lugar na década de 1970, quando se considera a hipótese formulada pelo crítico literário brasileiro Roberto Schwarz. Segundo Schwarz, se por um lado o Brasil recém independente buscava na ideologia liberal argumentos para o progresso material, por outro adotava uma instituição contraditória: a escravidão. Para o autor, o escravismo desmentia as ideias, colocando-as “fora do lugar”, já que o liberalismo clássico, por ser construído com base em interesses e incentivos individuais, seria incompatível com o sistema servil. Segundo Schwarz, no Brasil oitocentista, a “escravatura opunha à racionalização produtiva” (Schwarz, 2012, p. 14). O incentivo à eficiência, que deveria depender da renda auferida no processo produtivo, era “fundada na violência e na disciplina militar” (Schwarz, 2012, p. 14). Além disso, havia uma contradição decorrente da impossibilidade de se considerar o mercado de trabalho como mecanismo de ajuste da relação entre emprego e produtividade, já que o escravo não podia ser demitido. Schwarz conclui que “por sua mera presença, a escravidão indicava a impropriedade das ideias liberais” (Schwarz, 2012, p. 15). A tese de Schwarz gerou significativo debate nas décadas seguintes. Não é objetivo deste artigo trilhar por esse debate.⁹ Buscou-se aqui apenas mostrar que muitas das ideias advindas da Economia Política estiveram presentes, mesmo que muitas vezes de forma não explícita, nos

⁹ Sobre o debate acerca da tese de Schwarz, ver Ricupero (2013).

argumentos de alguns dos principais abolicionistas oitocentistas. Mais do que isso, a intenção aqui foi apresentar algumas das principais referências para a interpretação dos aspectos econômicos encontrados em *Vítimas Algozes* de Macedo.

II – As *Vítimas Algozes* e a ineficiência econômica da escravidão

Joaquim Manuel de Macedo nasceu na vila de Itaboraí, na província do Rio de Janeiro, no ano de 1820. Médico de formação, teve intensa vida pública e intelectual, exercendo, ao longo de sua vida, ofícios de jornalista, político, professor, funcionário público e teatrólogo. Como professor, ministrou a disciplina de Geografia e História do Brasil no Colégio Pedro II e teve como alunos inúmeros personagens da elite brasileira, como Visconde de Taunay e Joaquim Nabuco e os filhos da Princesa Isabel. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB (a partir de 1845), onde exerceu o cargo de secretário e orador. Também foi membro do Conselho Diretor da Instrução Pública da Corte (1866). Como político, exerceu os cargos de Deputado Provincial (1850, 1853, 1854-59) e Deputado Geral (1864-68, 1873-81). Foi autor do livro *Lições de História do Brasil para o uso das escolas de instrução primária*, conhecido e adotado em várias escolas do país.¹⁰ Além de *A Moreninha*, *As Vítimas Algozes* teve grande repercussão na época de seu lançamento por tratar de tema polêmico e que causava desconforto entre parte da elite letrada brasileira. Macedo faleceu em 1882 na mesma vila de Itaboraí, aos 61 anos.

O livro *As Vítimas Algozes* apareceu pela primeira vez em 1869. Ele é composto de três novelas independentes que buscam mostrar como determinadas ações dos escravos podem prejudicar seus donos. Macedo se utiliza de uma estratégia diferente do que poderia ser considerado como “senso comum” na época. Logo na introdução, considera que sua denúncia vai além das “misérias tristíssimas, e os incalculáveis sofrimentos dos escravos” (Macedo, 2010, p. 19). O autor se utiliza de uma estratégia baseada no medo, buscando alertar aos proprietários dos escravos que eles também podem ser vítimas *algozes* da escravidão:

¹⁰ As informações deste parágrafo foram beneficiadas pela extensa e detalhada pesquisa de Tania Serra sobre a vida e obra de Macedo. Ver Serra (2004).

(...) os vícios ignóbeis, a perversão, os ódios, os ferozes instintos do escravo, inimigo natural e rancoroso do seu senhor, os miasmas, deixem-nos dizer assim, a sífilis moral da escravidão infeccionando a casa, a fazenda, a família dos senhores, e a sua raiva concentrada, mas sempre em conspiração latente atentando contra a fortuna, a vida e a honra dos seus incôncios opressores. É o quadro do mal que o escravo faz de assentado propósito ou às vezes involuntária e irrefletidamente ao senhor. (Macedo, 2010, p. 19)

O objetivo aqui consiste em considerar o “atentado à fortuna”, buscando identificar as justificativas econômicas nessa estratégia do medo. A hipótese considerada é a de que tais justificativas se aproximam daquelas utilizadas por alguns escritores abolicionistas oitocentistas que, por sua vez, se assemelham aos argumentos considerados pela Economia Política conforme discutido na seção anterior. Não se trata de ler Adam Smith em Macedo, mas de avaliar os fundamentos econômicos que podem ser encontrados na propaganda abolicionista de *As Vítimas Algozes*.

Conforme destacado na introdução deste artigo, a crítica literária tratou principalmente da estratégia do medo considerada por Macedo a partir das ações dos escravos contra seus senhores, incluindo suas famílias.¹¹ Interessa aqui, entretanto, algo mais sutil: as ineficiências econômicas que decorrem, direta ou indiretamente, dessas ações. As histórias têm como contexto a produção de cana-de-açúcar no interior da província do Rio de Janeiro no século XIX. A mensagem abolicionista contida na obra destina-se particularmente aos proprietários de escravos, ou seja, os fazendeiros. As três novelas destacam as ações como dissimulação, assassinato, envenenamento e corrupção e que não são percebidas pelas vítimas, sendo esta “miopia” o alerta contra os males da escravidão.

A primeira novela, intitulada *Simeão, o crioulo*, narra a conspiração do agregado Simeão (um escravo adotado) contra o seu senhor enfermo Domingos Caetano. Sua

¹¹ A estratégia do medo apresentada por Macedo é analisada por Flora Sússekind, que destaca particularmente o público alvo da propaganda abolicionista do autor: os fazendeiros e homens de negócios. Ver Sússekind (1988, p. XXI – XXXVIII). Já Antonio Candido destaca, em Macedo, uma característica particular: a utilização do mal como recurso literário para realçar o bem. Ver Candido (1969, p. 144). A militância abolicionista de Macedo, entretanto, não ficou isenta de crítica. Raquel Teixeira Valença, por exemplo, considera a atitude de desprezo de Macedo nas descrições dos traços culturais dos escravos nas novelas. Ver Valença (1988, p. VII – XIX). Entretanto, predomina na literatura crítica os aspectos positivos da militância abolicionista do autor. Sobre esse ponto, ver Serra (2004, p. 156 – 162).

intenção é esperar pela morte do fazendeiro e “aproveitar a desordem e as convulsões da família na hora terrível do passamento para roubar o quanto pudesse” (Macedo, 2010, p. 39). No final, a tragédia se estabelece com a morte do fazendeiro, sua filha e genro, além do próprio escravo. Os aspectos econômicos contidos nessa novela giram em torno da descrição realizada por Macedo sobre a *venda* ou *taverna*. Trata-se de um local localizado próximo à fazenda e frequentada principalmente por quilombolas, cativos e desocupados. Na venda, era possível comprar garrafas de aguardente, rolos de fumo, café, açúcar, alguns cereais e carne seca (Macedo, 2010, p. 23 – 24). Parte desses produtos eram frutos de furtos que os cativos subtraíam da fazenda (Macedo, 2010, p. 24). Como pagamento, os frequentadores utilizavam, além do dinheiro proveniente de furtos, pequenas quantias recebidas pelos patrões ou da comercialização de produtos da roça que alguns escravos realizavam aos domingos no “dia de arremedo da liberdade” (Macedo, 2010, p. 69). Havia ainda a possibilidade de se adquirir os produtos por dívida junto ao proprietário da venda (Macedo, 2010, p. 61). Ou seja, tratava-se de estabelecimento nos moldes comerciais tradicionais, porém dentro da informalidade e à margem da lei. Mas o mais importante é a leitura que se pode ter em relação aos malefícios da venda. Macedo considera o local como o ponto de encontro para as conspirações dos escravos contra seus senhores. Mas há outros pontos negativos que vão impactar na eficiência produtiva da fazenda. Além do furto (produtos e valores), havia o incentivo à vadiagem. No contexto do “santo dever do trabalho”, encontravam-se na venda “homens ociosos vadios e turbulentos” (Macedo, 2010, p. 24). São pessoas à margem do sistema produtivo por não serem nem fazendeiros nem trabalhadores rurais, não tendo qualquer papel na formação de um mercado interno ou na criação de atividades produtivas. Além disso, durante a noite, a venda era palco de jogos que muitas vezes acabavam em brigas. Os frequentes espancamentos, junto o exagerado consumo de aguardente, tendia a reduzir ou mesmo inviabilizar o trabalho escravo no dia seguinte (Macedo, 2010, p. 24). Ou seja, se para um trabalhador livre, as horas não trabalhadas que poderiam servir de descanso ou de dedicação à família ou mesmo à produção de subsistência, eram momentos de conspiração contra os fazendeiros. Tudo isso leva o leitor a considerar a venda como uma organização prejudicial a atividade rural e à propriedade.

Pode-se encontrar na historiografia relatos sobre a existência das vendas ou tabernas no Brasil oitocentista, cujas características em muito se assemelham com as

descritas por Macedo. Nesses relatos, destaca-se a pesquisa realizada por Flávio dos Santos Gomes sobre as organizações socioeconômicas dos escravos na região de Iguazu, no Rio de Janeiro no século XIX (Gomes, 1996). Com base em análise documental da época, Gomes confirma a descrição de Macedo, argumentando que vendas ou tabernas eram localidades frequentadas escravos e quilombolas que comercializavam produtos provenientes de furtos. Esses locais despertavam constantes preocupações da polícia pelo horário de funcionamento e pelas reuniões conspiratórias que lá ocorriam. Havia ainda denúncias de que “os taberneiros seriam responsáveis pelo fornecimento de armamentos e munições pelos conspiradores cativos” (Gomes, 1996, p. 276). Segundo o autor, essas vendas faziam parte do que denominou de “campo negro”, que era uma complexa rede social composta de “quilombolas, escravos nas plantações, taberneiros e remadores, e que podiam envolver caixeiros-viajantes, mascates lavradores, agregados, escravos urbanos, arrendatários, fazendeiros e até mesmo autoridades locais” (Gomes, 1996, p. 278). O mais interessante é que a pesquisa considera as vendas faziam como parte do imaginário do medo que os fazendeiros nutriam em relação aos seus escravos, percepção que reforça a verossimilhança do relato de Macedo. É possível também encontrar referências às vendas em outras pesquisas. Esse é o caso da descrição feita por Sandra Lauderdale Graham, que relata os transtornos causados por esses estabelecimentos aos habitantes da cidade do Rio de Janeiro oitocentista em decorrência do barulho, embriaguez e a presença de “escravos e pessoas suspeitas” (Graham, 1992, p. 77 – 78). Também se pode considerar a descrição feita por Emilia Viotti da Costa, que identifica as vendas de beira de estrada como locais de comercialização de produtos roubados, o que despertava queixas dos fazendeiros pela incapacidade das autoridades em lidar com o problema (Costa, p. 295). Tais pesquisas reforçam a verossimilhança das descrições de Macedo sobre a venda.

A segunda novela, intitulada *Pai-Raiol, o feiticeiro*, mostra a conspiração do escravo africano Pai-Riol e da cativa Esméria, que se torna amante de seu patrão Paulo Borges e assume o papel de senhora da fazenda. Na trama, esposa e filhos do fazendeiro iludido são mortos por envenenamento. No final, a conspiração é descoberta, Esméria presa e Pai-Raiol morto. No contexto dessa trama central, pode-se mais uma vez encontrar o discurso da ineficiência produtiva da escravidão, particularmente em relação aos incentivos na adoção de técnicas de produção mais eficientes condução da lavoura. Tal

discurso pode ser lido no momento em que o fazendeiro Paulo Borges adquire novos escravos para a fazenda:

Paulo Borges tinha esse espécie de preocupação que é um mau cálculo infelizmente muito comum entre os nossos fazendeiros e lavradores, empenho sempre ativo de comparar terras para estender as que já possui às vezes demais, e de multiplicar também a escravatura, esquecendo os meios de suprir muitos braços, poupando o capita: ainda bem que a força da necessidade e a lição da experiência têm já introduzido em muitas fábricas as máquinas e os processos que economizam tempo, gente e dinheiro, e na preparação e limpa das plantações e sementeiras os instrumentos que produzem igual resultado. Quanto ao gosto decidido de arredondar as terras possuídas, comprando novas e contíguas, o costume continua a ser lei (Macedo, 2010, p. 84).

Ou seja, o fazendeiro visava muito mais a quantidade à qualidade da mão de obra ou técnicas de produção mais eficientes. A crítica a essa opção também pode ser encontrada na voz de Teresa, esposa de Paulo Borges, ao comentar a ida do fazendeiro à vila para comprar mais escravo, deixando de comparecer, como de costume, à roça:

- Isto é novidade grande, senhor Paulo – disse-lhe a mulher que era sempre alheia aos negócios externos de casa.
- Há hoje arrematação de escravos na vila; são vinte e acostumados já à lavoura da cana e ao serviço do engenho ...
- Já temos tantos ... mais de cem ...
- Tomara eu mil ... (Macedo, 2010, p. 85)

Coincidência ou não, o número de 20 escravos é o mesmo da citação de Andrada e Silva considerada na seção anterior.

No conto, pode-se perceber outra estratégia do autor em sua intenção de criticar a escravidão por argumentos econômicos. Essa estratégia estaria centrada nas ações de Esméria contra seu senhor. Ao sucumbir às investidas da escrava, Paulo Borges abandona não apenas a família, mas também seus negócios:

Paulo Borges abandonava frequentemente a direção do trabalho de suas roças que notavelmente se amesquinharam: debalde contratou ele um feitor, cujos olhos e interesse não eram os do fazendeiro. Em sua ambição e grandes lucros e de riqueza, o depravado sofria, impacientava-se; mas não podia vencer os assomos da paixão esquálida. (Macedo, 2010, p. 115)

Com o desenrolar da trama, Esméria assume a direção dos escravos domésticos da fazenda e, com isso, crescem os problemas com os furtos e com a elevação das despesas. O fazendeiro, outrora homem trabalhador e dedicado à família, entra em franca decadência moral e econômica.

Dentro da ficção, Macedo assume explicitamente seus argumentos acerca da ineficiência do trabalho escravo:

Os escravos prejudicam aos senhores cem vezes mais do que estes calculam pelos dados da observação dos fatos patentes.

Eles prejudicam aos senhores:

Trabalhando maquinalmente, sem ideia de melhoramento, de progresso e de aperfeiçoamento do sistema de trabalho, sem os incentivos de interesse próprio e com desgosto e má vontade;

Furtando nas roças, nas fábricas e nos armazéns produtos que vão vender para embebedar-se, o que ainda diminui as forças, quando não compromete a saúde e rouba ao trabalho dias passados na enfermaria;

Suicidando-se subitamente, ou aos poucos, quando por nostalgia, enfezação ou desespero morno ou profundo contraem e alimentam enfermidades que acabam por mata-los;

Fugindo à escravidão por dias, semanas, meses ou para sempre, e nos quilombos, seduzindo outros escravos para fugir com eles;

Não poupando o gado e os animais, não zelando os instrumentos rurais, não compreendendo a necessidade de cuidados, não tendo nem podendo ter amor à propriedade do senhor não se ocupando das peras ou lucros do senhor;

Fazendo perdurar a rotina e o trabalho materializado, e por sua indiferença, estúpide e desmazelo, contrariando, anulando e desacreditando processos, invenções, máquinas que economizam tempo e braços, e que explorados pela inteligente execução do homem livre e interessado, oferecem resultados que aumentam a riqueza. (Macedo, 2010, p. 95 - 96)

Nesta longa, porém importante citação, percebe-se a semelhança dos argumentos de Macedo com aqueles considerados por Adam Smith e alguns dos seus “seguidores” brasileiros. Nela, podem ser lidos o alto custo relativo do escravo, a ausência de incentivo à adoção de técnicas mais eficientes de trabalho, a substituição do incentivo de “interesse próprio” pela “má vontade”, além das práticas de furto, embriaguez e fugas. Tudo isso acaba por conspirar contra os “lucros do senhor”. No final da citação, é considerada a alternativa da mão de obra livre, trabalho “interessado”, ou seja, motivado pelo salário e que teria como resultado o aumento da “riqueza” do empregador.

A terceira novela, intitulada *Lucinda, a mucama*, descreve a influência da mucama Lucinda sobre sua jovem senhora Cândida, filha do comerciante Florêncio da Silva. Essa influência leva a Cândida a se tornar amante de um ladrão contra todas as expectativas de sua família. A estória tem um desfecho menos trágico do que nas duas outras novelas, já que a trama é descoberta antes da consumação da união entre a jovem e o ladrão, sendo Lucinda presa e abandonada pelo pela família de Cândida. Ainda que o proprietário dos escravos seja um comerciante, Macedo não se desprende da atividade rural. Esse foco pode ser lido, por exemplo, na preocupação que Florêncio da Silva e seu também rico comerciante amigo Plácido Rodrigues com a educação dos filhos homens, Liberato e Frederico:

Florêncio da Silva e Plácido Rodrigues destinavam sabiamente seus filhos à tranquila, feliz, e moralizada vida agrícola; mas querendo-os lavradores ilustrados e perfeitamente sabidos em agricultura, os haviam mandado a entesourar ciência e teorias relativas preparando-lhes no Brasil vasto e fácil campo para que eles as aplicassem, corrigissem, e aproveitassem a prática.” (Macedo, 2010, p. 188)

Note o destaque que Macedo dá à relação entre a produtividade agrícola e a educação. Liberato e Frederico, amigos como seus pais, tinham iniciados seus estudos agrícolas em Stuttgart, Alemanha, no Instituto Agrícola de *Hohenheim* (Macedo, 2010, p. 199). Tinham também a intenção de estudar nas indústrias agrícolas nos Estados Unidos e nas Antilhas (Macedo 2010, p. 189). A educação desses personagens revela a preocupação que Macedo tinha com o desenvolvimento agrícola no Brasil. Já antevendo a abolição e tomando como fato a o fim do tráfico negreiro, Macedo manifestou essa

preocupação na imprensa, como no artigo publicado no *Jornal do Commercio*, em 12 de novembro de 1860:

O país começa a compreender que o desenvolvimento da nossa agricultura exige não só a introdução de novos instrumentos e de máquinas que até bem pouco tempo se desprezavam, como também o estudo teórico de todas as principais matérias que tem relação com aquele importantíssimo mister. (Macedo, *apud* Strzoda, 2010, p. 197 - 200)

Nesse mesmo artigo, Macedo destaca a importância de levar nossos agricultores às escolas agrícolas europeias. Porém, considerou a necessidade da adaptação dos estudos à agricultura tropical. Ou seja, destacou a importância da educação como fator de elevação da produtividade agrícola em um Brasil livre da escravidão.

Interessante notar que Cândida estaria destinada, pelos seus pais, à mão de Liberato, o estudante das “ciências agrícolas”. Porém, o assédio imposto pela mucama Lucinda leva Cândida a se apaixonar pelo francês Souvanel, cuja profissão era professor de música, mas que na verdade era o ladrão foragido das autoridades europeia, cujo nome verdadeiro era Dermany. É justamente pela música que o francês conquista o coração de Cândida, que declina seu destino ao “mestre das artes agrícolas”. O que chama a atenção nessa trama são as duas opções com que se depara Cândida. A primeira, formulada pela sua nobre, rica e trabalhadora família, considerava o futuro fazendeiro e “agrônomo”, ou seja, um provável rico agricultor como esposo. O segundo, proveniente do assédio da mucama, era desposar um professor de música, ladrão, sedutor e que desejava enriquecer sem o honesto trabalho. Nas palavras de Macedo: “Souvanel não amava Cândida; explorava com o seu dote, e com a herança futura que lhe caberia por morte de seus pais” (Macedo, 2010, p. 246). Depois o francês poderia “recolher o dote em dinheiro e o que pudesse da riqueza de Florêncio da Silva, e, abandonando Cândida, fugir para os Estados Unidos da América do Norte” (Macedo, 2010, p. 269). Fica claro aqui os malefícios da escolha incentivada pela mucama: um ladrão que quer enriquecer sem o trabalho produtivo e depois fugir do país, furtando a riqueza do país.

Há também uma interessante relação entre o francês e o meio social do Rio de Janeiro. O ladrão frequentava os pobres cortiços, habitados por “indivíduos de ambos os sexos, todos vestidos pobremente, alguns maltrapilhos”, em contraste com a “riqueza,

posição, crédito, honra, o nome do seu pai, talvez a vida de sua mãe, a glória de ser esposa de Frederico” (Macedo, 2010, p. 292 - 293). No final da estória e a partir dessa comparação, Cândida toma a decisão de manter-se junto à família.

A trama dessa última novela se encerra com a prisão do francês e de Lucinda pelas autoridades locais. E, nesse final, outra questão econômica se coloca, ainda que de forma sutil. Alguns dias depois do conflito final, a polícia se apresenta à casa de Florêncio da Silva, anunciando a prisão de Lucinda e de um pajem fugitivo.

Frederico avançou para o agente policial, e tomando a palavra ao sogro, disse:

- Nossos escravos ou não, nós os abandonamos ao seu destino; pois que de nós fugiram, rejeitamos-los.

- Então... como ficam eles?

- Pouco nos importa isso: a liberdade, como prêmio, eles a não merecem; como direito, a sociedade ou o governo, que lhos outorgue. Eles nos fugiram, nós os abandonamos.

O agente policial retirou-se confundido.

Frederico voltou-se para a família estupefata e disse:

- A escravidão é peste; por que não nos havemos de libertar da peste?... Que faríamos dessa mucama e desse pajem? ... Matá-los? ... Fora um crie hediondo: conservá-los em cativo?... Uma vergonha da família em constante martírio, considerando, vendo, e sofrendo diante desses escravos: vende-los? (Macedo, 2010, p. 299)

O que se percebe nessa citação é que, em uma situação de insatisfação do senhor com o seu escravo, não é possível demiti-lo. A demissão é uma instituição que somente é possível na existência de um mercado de trabalho livre. Essa impossibilidade reflete um dos custos da escravidão: o proprietário sempre terá que arcar com as despesas da manutenção da sua mão de obra. Ele não pode demitir seu trabalhador, mas punir ou vendê-lo. Mas Frederico parece romper com essa tradição. De certa forma, ele demite a mucama.

Existe ainda uma questão com implicações econômicas importantes nas três novelas de Macedo. São personagens que não possuem uma posição definida na sociedade. Na primeira novela, apresenta-se o “Barbudo”, homem branco livre cuja única ocupação é o ócio exercido na venda, onde incentiva Simeão em sua vingança. No

segundo conto existe o falso médico, o doutor Bonifácio, antigo enfermeiro de um hospital da Corte que se retira para o interior com o objetivo de exercer a medicina “com a mais criminosa imprudência” (Macedo, 2010, p. 121). No terceiro o músico ladrão Souvanel ou Dermany e seus companheiros de cortiço. Todos esses personagens guardam relação direta com os escravos, ou com a escravidão. Não existe, nesse mundo criado por Macedo, uma classe média ou de pequenos artesãos ou agricultores. Os “desocupados” são homens livres que, por não serem nem trabalhadores nem proprietários, dependiam de “favores” para ocupar alguma posição na sociedade. Esse mundo foi considerado por Schwarz em seus argumentos acerca da contradição entre o liberalismo e o escravismo no Brasil oitocentista:

Esquemmatizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifúndio, o escravo e o “homem livre”, na verdade dependente. Entre os primeiros dois, a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. (Schwarz, 2012, p. 16)

A contradição desse mundo de favores refere-se à inexistência de espíritos empreendedores. A relação de dependência reforça o poder econômico dos fazendeiros, não existindo espaço para estratégias inovadoras fora do campo de decisão estabelecido na grande lavoura. Essa estrutura cria assim um progresso material baseado não nos incentivos de mercado, mas nos favores, muitas vezes construídas por relações pessoais, algo oposto à impessoalidade dos mercados. Esse mundo pode ser lido em alguns tipos presentes nas novelas do romance. O Barbudo não tem qualquer papel a não ser incentivar o escravo em sua vingança. O médico charlatão prejudica ainda mais a saúde do fazendeiro. O músico ladrão não tem outro objetivo senão se apropriar da renda da família de Cândida e fugir para o exterior. A mucama, destinada a servir sua jovem proprietária, a desvia do caminho esperado por um fazendeiro que enxerga a importância da inovação na agricultura. São personagens que fazem parte de um grupo que conspiram contra a riqueza e progresso econômico do país. Esse tipo de organização social nos remete mais uma vez a Adam Smith. No Capítulo III do Livro II da *A Riqueza das Nações*, Smith diferencia o trabalho produtivo do improdutivo. Para Smith, o trabalho produtivo, ao

contrário do improdutivo, seria aquele que acrescenta valor aos materiais utilizados na fabricação dos bens. Smith considera, como trabalho improdutivo, os ofícios exercidos pelos os oficiais de justiça e de guerra, pelos eclesiásticos, advogados, médicos, criados domésticos, homens das letras, atores, palhaços e músicos, dentre outros. Junto a essas atividades, o autor clássico destaca ainda os “ociosos”. Apesar de Smith considerar alguns desses ofícios como tendo algum valor social, o grupo de improdutivos e ociosos concorre com a renda anual proveniente do lucro e da renda da terra. Trata-se de um desvio que, se não é compensado com a “prodigalidade” do trabalho produtivo, tende a elevar a miséria e empobrecer o país (Smith, 1983, p. 291 I). Ainda que Macedo não tivesse a intenção explícita de considerar esses argumentos, a vida rural em uma sociedade escravista que permeia a ficção de *As Vítimas Algozes* sugere a existência de uma sociedade prejudicial ao país.

Considerações finais

Conforme destacado neste artigo, a persistência do sistema escravista o Brasil estimulou um amplo debate entre intelectuais oitocentistas sobre a conveniência ou não da adoção da mão de obra escrava na lavoura. Esse debate não ficou restrito aos textos políticos, figurando também na literatura. Aqui, consideramos o escritor Joaquim Manuel de Macedo e sua obra *As Vítimas Algozes* para justificar esta última afirmação.

As tragédias encontradas em *As Vítimas Algozes* tiveram como objetivo, no contexto da escravidão, criar uma atmosfera de medo entre os leitores que, naquele momento, constituíam-se na elite econômica letrada da sociedade brasileira. Suas histórias narram atos conspiratórios e de assédio exercidos pelos escravos contra seus senhores, com desfechos trágicos que se manifestam em envenenamentos, mortes, corrupção e “desvios de conduta”. O elemento discursivo, baseado no que se pode denominar de “estratégia do medo”, algo que difere do que poderia ser considerado como “senso comum” por aqueles contrários ao sistema escravista, foi e ainda tem sido objeto de análise por parte da crítica literária brasileira. Nas palavras de Antonio Candido, “o mal, para [Macedo], era no fundo um recurso literário, feito para realçar o bem” (Candido, 1969, p. 144). Este artigo buscou interpretar a obra de Macedo sob um enfoque distinto, procurando defender a hipótese de que *As Vítimas Algozes* também inclui argumentos

econômicos contrários à escravidão. Nas novelas do romance, é possível identificar trechos que relacionam a utilização da mão de obra escrava com a ineficiência econômica na produção rural, seja nas opiniões explícitas do autor ao longo do livro ou em diálogos e descrições dos personagens de ficção (ainda que, nestes casos, de forma indireta ou sutil). Essa ineficiência pode ser lida nas implicações socioeconômicas sugeridas pela existência das denominadas vendas, no descuido da lavoura por parte do fazendeiro, na dificuldade de monitoração das ações dos escravos, na falta de incentivos na adoção de técnicas produtivas com o objetivo de elevar a produtividade da lavoura e na existência de personagens não cativos que fazem parte de um grupo sem posição econômica definida. Os aspectos econômicos identificados em *As Vítimas Algozes* reforçam a hipótese, defendida por alguns historiadores, acerca da existência, no Brasil oitocentista, de um corpo relativamente homogêneo de argumentos econômicos contrários à escravidão compartilhada por vários pensadores brasileiros com razoável grau de fundamentação teórica encontrada na Economia Política, aqui representada pela obra *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith.

Sob uma perspectiva mais ampla, o artigo buscou, ainda que de forma indireta, tendo em vista a limitação de espaço, contribuir para os estudos sobre o pensamento econômico brasileiro do século XIX, sugerindo como fonte de pesquisa a literatura de ficção. Trata-se de uma possibilidade metodológica que se coloca diante de um importante campo de pesquisa interdisciplinar em torno da relação entre a literatura e a história das ideias econômicas no Brasil oitocentista.

Bibliografia

ALENCAR, José. *Cartas a Favor da Escravidão* (organização Tâmis Parron). São Paulo: Hedra, 2008.

ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. *José Bonifácio de Andrada e Silva*. (Organização e introdução de Jorge Caldeira). São Paulo: Editora 34, 2002.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 2ª. Volume. 3ª. Edição. São Paulo: Martins Editora, 1969.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1988.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 9ª. Edição. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

GOMES, Flávio dos Santos. “Quilombo do Rio de Janeiro no século XIX”. In Reis (1996)

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860 – 1910)* (Tradução Viviana Bosi). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GREMAUD, Amaury Patrick. “A penetração da economia política no Brasil e seu ensino no período imperial”. *Revista da Sociedade de Economia Política*. Rio de Janeiro. Número 8, p. 46 -71, junho 2001.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 3ª Edição, Rio de Janeiro: Editora Scipione, 1988.

MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes*. 2ª. Edição. São Paulo: Martin Claret, 2010.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Edições do Senado Federal, volume 7, 2003.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (organizadores). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RICUPERO, Bernardo. O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. *Sociologia & Antropologia*. Rio de Janeiro. Volume 02, novembro de 2013.

ROCHA, Antonio Penalves. “As observações de Jean-Baptiste Say sobre a escravidão”. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados da USP, volume 14, número 38, p.181 – 212, janeiro-abril de 2000.

ROCHA, Antônio Penalves. Ideias antiescravista da ilustração na sociedade escravista brasileira. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V. 20, no. 39, p. 43 – 79, 2000.

SERRA, Tania. *Joaquim Manuel de Macedo ou os dois Macedos: a luneta mágica do II Reinado*. 2^a. Edição. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas* (tradução de Luiz João Baraúna). Volume I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STRZODA, Michelle. *O Rio de Janeiro de Joaquim Manuel de Macedo: jornalismo e literatura no século XIX*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6^a. Edição. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

SÜSSEKIND, Flora. “As vítimas-Algozes e o imaginário do medo”. In Macedo (1988).

VALENÇA, Teixeira. “Sobre o texto desta Edição”. In Macedo (1988).